Geografia econômica: origem, perspectivas e temas relevantes

Economic Geography: beginnings, perspectives and relevant issues

Diana dos Reis Pereira Carvalho
Doutoranda em Geografia, Universidade de Brasília (UnB), Brasil
dyanapc2009@hotmail.com

Francisco de Assis Veloso Filho
Professor titular, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil
aveloso@ufpi.edu.br

Resumo
Elabora-se uma visão geral da geografia econômica. Objetiva identificar as origens da disciplina, delinear sua evolução histórica e discutir as abordagens e temas contemporâneos. Baseia-se nas contribuições de geógrafos brasileiros que discutiram aspectos gerais e elaboraram pesquisa no campo: Armando Corrêa da Silva, Silvia Selingardi Sampaio, Miguel Ângelo Campos Ribeiro; e em artigos de Paul Claval, publicados no país. Silva (1970) traduziu e apresentou a contribuição de Karl Sapper sobre origem e conceitos da disciplina; Sampaio (1975) e Ribeiro (1982) apontam a evolução da disciplina segundo movimentos de renovação ocorridos entre as décadas de 1950 e 1970. Claval (2005; 2012) indica três grandes perspectivas: economicista ou neopositivista; marxista; e abordagens alternativas [anarquismo, ecologia e antropologia econômica]. A linha economicista aparece nos estudos de Paul Krugman sobre geografia e desenvolvimento econômico; a perspectiva marxista, na "Escola da Regulação" e nos trabalhos de David Harvey; e as alternativas, em debates sobre cooperação, consumo, gênero e cultura.

Palavras–chave: Geografia Econômica, origem, perspectivas disciplinar, temas relevantes.

Abstract
It elaborates an overview of the economic geography. Aims to identify the origins of the discipline, to delineate its historical evolution and to discuss contemporary approaches and themes. It is based on the contributions of Brazilian geographers who discussed general aspects and elaborated researches in the field: Armando Corrêa da Silva, Silvia Selingardi Sampaio, Miguel Ângelo Campos Ribeiro; and on articles by Paul Claval, published in this country. Silva (1970) translated and presented the contribution of Karl Sapper on the beginnings and concepts of the discipline according to renewal movements that occurred between the 1950s and 1970s. Claval (2005; 2012) indicates three great perspectives: economic or neopositivist; marxist; and alternative approaches [anarchism, ecology, and economic anthropology]. The economic line appears in Paul Krugman's studies on geography and economic development; the marxist perspective, in the "Regulation School" and in the works of David Harvey; and alternatives views, with debates on cooperation, consumption, gender and culture.

Keywords: Economic Geography, beginnings, disciplinary perspectives, relevant issues.

1. INTRODUÇÃO

A história da Geografia Econômica moderna e, assim, sua evolução é marcada por perspectivas ao longo do século XX, na orientação teórico-metodológica e na finalidade da disciplina. Inicialmente pela necessidade de organização de informações sobre diversas regiões do

planeta e a partir de 1950, situações internas à geografia (debates sobre método, modelo) e conjunturas externas – de outras ciências e da realidade socioeconômica – influenciaram debates sobre as abordagens e os temas da disciplina. Assim, o objetivo é identificar as origens e discutir as abordagens e temas relevantes da Geografia Econômica.

Considerando que existem abordagens, perspectivas ou escolas da Geografia, procura-se discutir perspectivas dos estudos da Geografia Econômica considerando origens e aspectos de seu desenvolvimento, discussões teórico-metodológicas e temas relevantes, na contemporaneidade. A evolução disciplinar é apresentada neste trabalho segundo as contribuições de geógrafos brasileiros que discutiram aspectos gerais e elaboraram estudos no campo (Silva, 1970; Sampaio, 1975; Ribeiro, 1982) e nos artigos publicados no Brasil por Claval (2005; 2012), reconhecido no âmbito da Geografia Econômica. O trabalho possui três grandes seções: a primeira trata da origem da Geografia Econômica (SAPPER, 1970); a segunda, da evolução das abordagens da disciplina (SAMPAIO, 1975; OLIVEIRA, 1976; RIBEIRO, 1982); e a terceira, das tendências e temas contemporâneos (CLAVAL, 2005; 2012).

A sistematização da Geografia Econômica ocorre no final do século XIX e com as transformações econômico-sociais pós 1920, a disciplina Geografia adquire um caráter aplicado que se desdobra para o ramo econômico. Entre 1940 e 1960, a renovação da Geografia fundamenta-se na perspectiva Teorética/Quantitativa e na Teoria da Localização de atividades econômicas, consolidando o tema Indústria e, consequentemente, a Geografia da Indústria/Industrial. Após 1960, aparece a abordagem Marxista e também as Alternativas. Mais recentemente, os estudos econômicos pautam-se nas mudanças contemporâneas: novo sistema de produção flexível, na intensificação do processo de globalização e na emergência da Economia da Informação, da Comunicação ou do Conhecimento (CLAVAL, 2012, p.15).

A perspectiva clássica era estudada por geólogos e engenheiros, com foco nas paisagens agrícolas ou industriais. A segunda fase insere-se na abordagem teórico-quantitativa, com utilização de métodos, estatísticas e tratando do estudo locacional. Essas duas abordagens possuem características da economia. A terceira fase da Geografia Econômica é baseada na ideia de ciência crítica da escola de Sociologia de Frankfurt. A quarta fase é a das perspectivas alternativas, com três abordagens – Economicista; Economia Política (marxista); e Alternativas. Mais recentemente, as pesquisas inserem-se no paradigma da Era do Conhecimento; na retomada do tema dos distritos industriais, na orientação de regime flexível.

Portanto, as pesquisas geográficas discutem tema da indústria, dos serviços, dos novos elementos da Teoria da Localização, das aglomerações produtivas e das perspectivas da cooperação no lugar da competição, da influência da cultura na vida econômica, incluindo o consumo, a partir

das mudanças contemporâneas, como a intensificação do processo de globalização e da Sociedade/Economia da Informação e do Conhecimento.

2. ORIGENS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA (MODERNA)

Esta seção trata das origens da Geografia Econômica moderna, institucionalizada no final do século XIX. Karl Sapper (1866-1945) é um geógrafo econômico e seu trabalho denominado *Economic Geography*, publicado na *Encyclopaedia of the Social Sciences* (1967), é uma referência histórica. O brasileiro Armando Corrêa da Silva[1] identifica o alemão como um expoente na disciplina, e traduziu e publicou no Brasil "A geografia econômica segundo Karl Sapper" (Silva, 1970).

Sapper[2,3] (1970) destaca que a Geografia Econômica surge no século XIX, a partir da necessidade de comerciantes e produtores que, precisando de experiência internacional e de conhecimento das potencialidades econômicas de regiões estrangeiras, contribuíram para a elaboração de vários relatórios comerciais e, consequentemente, para a descoberta da Geografia Científica e da Economia. A necessidade da indústria em adquirir matérias-primas e encontrar novos mercados para seus produtos fez com que conselhos econômicos, câmaras de comércio e outras organizações investigassem aspectos econômicos até no Exterior.

Antes da discussão teórica sobre Geografia Econômica e as abordagens da produção, do comércio e do consumo houve observação econômica de todas as regiões da Terra; quando exploradores oficiais e particulares dirigiram sua atenção para potencialidades econômicas. Assim, relatórios elaborados sobre as potencialidades econômicas das regiões tornaram-se trabalhos de Geografia Econômica.

---

[1] Armando Corrêa da Silva (1931-2000) nasceu em Taquaritinga, SP, BR. Bacharelou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Depois obteve o doutorado em geografia na USP tornando-se professor titular da mesma. Mais tarde tornou-se livre-docente. É autor de livros como: O espaço fora do Lugar; De quem é o pedaço? (Espaço e Cultura); Geografia e lugar Social; Saudades do futuro; A renovação geográfica no Brasil e outros escritos. Escreveu dezenas de artigos e em seus últimos anos de pesquisa dedicou-se a questões de epistemologia da Geografia Humana. Fez parte do movimento de renovação da geografia e foi presidente da AGB no Biênio 1990-1992 (Disponível em: <http://geocrocetti.com/ESW/Files/armandobio.htm>).

[2] Karl Theodor Sapper (Alemanha, 1866 - Bavaria, 1945) realizou trabalhos de bases investigativas sobre os aspectos físicos associados à cultura e à economia da região. Obteve o doutorado com uma tese sobre Geologia. Em 1888 vai a Guatemala estando na América Central até 1900. Em 1900 conseguiu o grau acadêmico de *Privatdozent* com F. Ratzel. Em 1902 retorna à América Central para realizar estudos sobre fenômenos vulcânicos. Foi professor das universidades de Estrabusgo (1910-1918) e de Wurzburgo (1919-1932) até aposentar-se. Ele realizou estudos regionais especificamente da América Central. Algumas das obras são: Geografia Econômica do México, 1908; Sobre a geografia física, a população e a produção da República de Guatemala, 1897; Sobre a geografia física e a geologia da Península de Yucatán (KÖHLER; ESPONDA JIMENO. Choles e Chortíes de Karl Sapper, 1907, 2004).

[3] O Centro de Investigações em Ciências Geológicas (CICG) da Universidade de Costa Rica (UCR) publicou o livro "Karl T. Sapper, geólogo pioneiro na América Central" (2012). O trabalho apresenta as obras mais completas de Sapper, reconhecido vulcanólogo, geólogo, linguista, etnólogo e geógrafo (Universidade de Costa Rica. Disponível em: http://www.ucr.ac.cr/noticias/2012/08/28/obra-de-pionero-de-la-geologia.html). Outros pesquisadores referenciam Karl Sapper no estudo da história, da etnografia e da linguística dos grupos cholanos (Maias) de Chiapas e Guatemala (KÖHLER; ESPONDA-JIMENO. Choles e Chortíes de Karl Sapper, 1907, 2004).

Conforme Sapper (1970), Wilhelm Götz publicou, em 1882, um programa para a organização do campo da Geografia Econômica, termo empregado pela primeira vez. W. Götz apud Sapper (op. cit.) designou para esse novo ramo, em contraste à Geografia do Comércio, que tinha servido, sobretudo, para fins práticos, a tarefa de preocupar-se com a natureza das regiões do mundo em sua influência direta sobre a produção de utilidades e o movimento dos bens.

Havia uma relação da Geografia Física e da Geografia Econômica[4]. W. Götz situava o ponto principal nos fundamentos geográficos da Economia; outros consideraram o papel do homem como um ser econômico; havendo aqueles que consideraram os dois campos importantes, no sentido que investigavam da influência do homem sobre o meio. Sapper (1970), assim, afirma que a Geografia Econômica Moderna aborda o relacionamento entre a atividade econômica humana e uma área com seus recursos naturais e se consolida no início do século XX.

Sapper (1970) identifica que para Alfred Hettner (1859-1941), a Geografia Econômica é uma divisão da geografia e relaciona-se com as potencialidades econômicas e com as relações entre os vários países e lugares, enquanto para Alfred Rühl (1882-1935) é uma disciplina fronteiriça entre a Geografia e as ciências econômicas a partir da distribuição geográfica do trabalho e as diferenças na qualidade e quantidade da produção, do comércio e do consumo de vários territórios. Para Sapper (op.cit.), a Geografia Econômica moderna aborda o relacionamento entre a atividade econômica humana e uma área com seus recursos naturais e se consolida no início do século XX; desenvolvendo outras especialidades: Geografia da Produção, Geografia do Comércio, Geografia do Consumo e Geografia dos transportes; com investigações regionais ou gerais.

A Geografia Econômica Regional ocupou-se dos aspectos espaciais de unidades políticas como tratado com unidades naturais em termos de distritos e províncias econômicas, em uma tentativa de adquirir dados para determinar a localização de sítios industriais. A solução desses problemas necessitava não apenas dos fatores de Geografia Física, mas também de fatores sociais, culturais e políticos que exerciam efeito na economia.

O objetivo do especialista em Geografia Econômica não era apenas descrever o grau em que o homem explorou as possibilidades do meio físico, mas também antecipar desenvolvimentos possíveis ou desejáveis, impedindo a destruição dos recursos naturais conforme Sapper (1970). Pela necessidade e desenvolvimento de investigações, o número de instituições de pesquisa em Geografia Econômica aumentou pela criação de cátedras, tornando-a parte do currículo.

[4] Os geógrafos investigavam os aspectos econômicos e físicos objetivando descobrir as formas em que a distribuição das condições físicas influenciavam o modo das pessoas satisfazerem suas necessidades de alimentação, alojamento e produtos. As questões econômicas eram abordadas por geógrafos, segundo as descrições das regiões, ordenadas conforme dados estatísticos, durante a primeira metade do século XIX (CAPEL, Horácio. Geografía humana y ciencias sociales: una perspectiva histórica, 1984).

Entende-se que a Geografia Econômica se consolida no início do século XX pelo acúmulo de informações econômicas de países, das condições físicas, dos recursos naturais; pelo desenvolvimento das monografias de agricultura; dos relatórios comerciais feitos pelas casas de negócios; e pelos fundamentos da Geografia Humana. Utilizou aspectos da Economia; da concepção do homem como ser econômico; e a influência homem-meio. A origem da disciplina é marcada pelos trabalhos de Karl Sapper originando a partir daí sub-ramos, como a Geografia da Indústria/Industrial.

3. PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA/INDÚSTRIA

Após 1920, com as consequências da crise de 1929 inicia a necessidade de entender problemas práticos enfrentados pela sociedade. Há um movimento de renovação na Geografia (moderna) que origina uma abordagem econômico-social, nas décadas de 1930/40. A região geográfica passou a ser objeto de estudo, pela utilização e ocupação do território. O reconhecimento de certos fatos - comportamento dos mercados, eventos políticos, crises econômicas - levou aos estudos sociais e econômicos com discussões sobre subdesenvolvimento, problemas econômicos, sociedades industriais e gênero de vida. A ideia de homem apenas como habitante é modificada pela visão de produtor-consumidor (BARROS, 1993, p. 54).

A partir de 1930, os Estados começam a intervir nos assuntos econômicos, a Geografia acompanha essa modificação. A melhoria da organização do espaço e do bem-estar da população passou a tema de discussão (BARROS, op. cit., p. 54). Nesse período, a Geografia, juntamente com outras ciências, pôde oferecer o conhecimento necessário à utilização dos recursos da paisagem. Essa nova orientação foi chamada de Geografia Aplicada. Não representou uma nova disciplina, mas a necessidade de organização racional do mundo; sendo que os geógrafos elaboraram trabalhos de planejamento em diversos países (SANTOS, 1958, p. 104).

No âmbito da disciplina geográfica, o ramo que trata da localização industrial (distribuição espacial das atividades econômicas), do planejamento regional e de áreas industriais é a Geografia Econômica/Indústria. Após 1950, o fator localização (questão locacional) abrangeu todo o período de renovação da disciplina. Para explicar a nova realidade e adaptando-se às mudanças, se consolida o ramo industrial da Geografia Econômica. Realizando uma pesquisa sobre teoria, métodos e técnica de mensuração da atividade industrial, Sampaio (1975) afirma que a geografia é “uma disciplina voltada para o estudo da organização do espaço terrestre, isto é, para as várias combinações espaciais de fenômenos geográficos e, assim, incorpora o estudo da atividade industrial, fenômeno que transforma o espaço terrestre, sobretudo, o urbano”.

A Geografia Econômica está voltada para o estudo das localizações das atividades econômicas conjugada à produção e ao consumo de bens e serviços. Um dos seus sub-ramos é a Geografia da Indústria/Industrial voltada, essencialmente, para a indústria de transformação que consiste no processamento e transformação de materiais em produtos que vão servir a novos fins e diferentes necessidades (SAMPAIO, op. cit., p. 96).

De acordo com Sampaio[5] (op. cit.), o objetivo da Geografia Industrial é a interpretação de diferentes padrões de distribuição, da escala local à terrestre, a consequente análise dos processos de implantação desses padrões e seus fatores determinantes e da instalação da estrutura técnica e financeira dos empreendimentos industrial, assim como suas relações com o meio ambiente. A atividade fabril, também objeto de estudo do economista, para o geógrafo são os padrões de distribuição espacial das indústrias e sua interpretação. Os procedimentos e os objetivos da Geografia Industrial consideravam a análise geográfica global ou regional.

A abordagem teórica em Geografia Industrial realizava-se pela indústria (método analítico) e por região (método sintético). Em termos filosóficos e metodológicos, a disciplina era influenciada pela corrente tradicional e renovada. A primeira, de inspiração europeia, voltava-se para a atividade industrial na estruturação da paisagem e na compartimentação regional. Na França, a indústria era estudada pelo quadro regional, ou seja, segundo os movimentos de mão de obra, estrutura financeira das empresas, tendência de concentração geográfica e outros aspectos que influenciavam na regionalização. A segunda, de origem norte-americana, surgida a partir de 1950 era voltada, sobretudo, para a análise locacional da indústria através da utilização das teorias e dos métodos da Economia e da Estatística.

Conforme Sampaio (op. cit.), a localização ideal da indústria foi focalizada sob duas diretrizes econômicas: custo mínimo e área de mercado. Dada uma atividade, procurou-se delimitar sua localização ótima; dado certo lugar no espaço, tentou-se descobrir o motivo da localização da indústria; ou analisou-se a influência de um determinado fator na localização industrial. Modelos econômicos foram aplicados às questões de localização industrial e métodos quantitativos, como *factor analysis* e *cluster analysis.*

[5] Silvia Selingardi Sampaio é graduada em Geografia com Licenciatura e Bacharelado pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro; doutora em Geografia e Livre Docente em Geografia Industrial, desde 1996. Atualmente é professora voluntária da UNESP, exerce funções de Docência e de Pesquisadora no curso de Pós-Graduação em Geografia, ministrando disciplinas na área de Geografia Econômica/Industrial e orienta nos cursos de Mestrado e Doutorado (Universidade Estadual Paulista de Rio Claro. Corpo docente credenciado. Disponível em: < http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/docentes5.php>).

Dentre os critérios para medir magnitude e intensidade da atividade industrial estão número de estabelecimentos; número de empregos (mais aceito e utilizado); e valor acrescido pela transformação industrial. Os critérios menos utilizados foram quantidade de energia consumida, salários industriais, quantidade de matéria-prima utilizada, capital investido na indústria e capacidade industrial instalada (SAMPAIO, 1975, p. 102).

Por fim, no Brasil, os trabalhos de Geografia da Indústria apontavam para a evolução e para as estruturas industriais e seu impacto na transformação da paisagem, em analogia aos trabalhos dos geógrafos franceses. Até a década de 1970, a discussão metodológica e a revisão bibliográfica não caracterizavam a influência da Economia e da Estatística, aparecendo apenas nos trabalhos de Pedro Geiger (1963) e de Beatriz M. S. Pontes (1974) (SAMPAIO, op. cit., p. 101). Conforme Sampaio (op. cit.), os dados eram insuficientes e havia necessidade de pesquisa direta nas indústrias para aquisição de fontes quantitativas atuais e entendimento do processo e dos fluxos industriais. Os trabalhos geralmente curtos tratavam de uma única cidade ou um de bairro industrial.

Com os desdobramentos das pesquisas na Geografia da Indústria, o tema de áreas industriais, como supracitado por Sampaio (1975), também se tornou objeto de estudo dos geógrafos. A atividade industrial – setor moderno e fundamental em qualquer economia – ocasiona modificações na paisagem, sendo um fenômeno estruturador do espaço terrestre. Inicialmente, a implantação de indústrias ocorreu sem planejamento, por isso, utilizou-se de estratégias para a organização espacial e também expansão industrial no sentido de desenvolvimento econômico.

Segundo Oliveira[6] (1976), com a concentração industrial, a implantação de Distritos Industriais (DIs) foi um dos instrumentos mais adotados para expandir o setor e organizar o espaço. Os primeiros DIs surgiram na Inglaterra, na década de 1930, pela necessidade de resolver a depressão econômica em certas áreas e as altas taxas de emigração para regiões centrais. A solução foi a industrialização das áreas problemáticas, atraindo investidores através do programa de DI.

Nos países desenvolvidos, o motivo da instalação era descentralizar as indústrias concentradas em grandes cidades e áreas metropolitanas; e nos países em desenvolvimento surgiram como experiências para promoção da industrialização. O termo distrito industrial era usado para denominar qualquer forma de aglomeração industrial planejada, sendo empregadas várias outras expressões como sinônimas. No Brasil, utilizou-se o termo industrial para cidade, centro e distrito, no sentido de caracterizar áreas reservadas ao uso industrial.

[6] Em 2013, no aniversário de 77 anos, o IBGE fez homenagens aos servidores aposentados. Dentre os oito homenageados, estava Lucia Elena Garcia Oliveira. Ela trabalhou na Diretoria de Pesquisas (DPE) do IBGE. Era consultora e fez parte da subcomissão técnica para a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Coordenou junto com outros, o material estatísticas econômicas: em direção à reestruturação (1994). Autora de livros como: O lugar do negro na força de trabalho (1985); Indicadores sociais para áreas urbanas (1997). Disponível em: <http://subcomissaocnae.fazenda.pr.gov.br/modules/.../conteudo.php?...14>.

O DI é a área industrial onde o planejador promove a implantação de infraestrutura básica necessária à indução de um processo de desenvolvimento industrial, através do zoneamento urbano. Oliveira (op. cit.), portanto, realiza um trabalho sobre DIs; e sua implantação nos países desenvolvidos, em países subdesenvolvidos e no Brasil.

Ribeiro (1982)[7] também realizando um trabalho de Geografia Econômica trata das abordagens da localização industrial e identifica a perspectiva crítica na disciplina.

Conforme Ribeiro (1982, p. 417), a primeira abordagem é originária do trabalho de Alfred Weber (1909) que se ocupava da localização industrial a partir do ponto de vista da empresa: ponto mínimo dos gastos de transporte, mão de obra e força de aglomeração orientaram sua teoria. Procurou determinar o ponto de menor custo de produção ou de localização ótima. August Lösch produziu uma teoria geral de localização tendo a demanda como principal variável, referente às áreas de mercado; rejeita a aproximação de menor custo de A. Weber. Em síntese, é o enfoque das áreas de mercado e interdependência locacional, de A. Weber e A. Lösch, respectivamente.

Outra abordagem buscou ultrapassar o modelo de áreas de mercado, mobilizou a teoria locacional para um raciocínio probabilístico (Melvin Greenhut); a teoria dos custos mínimos tratava da organização das variáveis que atuam sobre o fator aglomeração (Walter Isard). Outra perspectiva da localização industrial diz respeito à Psicologia e à Geografia do Comportamento que no plano precisamente industrial abordava o comportamento das firmas no que se refere a sua localização, à tomada de decisões e à comercialização. Surgiu também na Geografia, os estudos de inovação industrial (T. Hägerstrand); as comparações de tomadas de decisão real e as que potencialmente fariam o "homem econômico" e que iniciaram a teoria do comportamento locacional (J. Wolpert); e análise locacional, centrada na Teoria de Sistemas e do Comportamento (F. E. Hamilton).

Os geógrafos industriais se concentraram, sobretudo, no estudo dos meios e métodos adotados pelas formas de diferentes tamanhos e localizações ante trocas externas e internas a seu meio ambiente, caracterizando-os através dos conflitos de interesses, níveis limitados de conhecimento e controle de seu meio ambiente, irracionalidade de percepção e comportamento.

Esse enfoque recebeu críticas, surgindo a abordagem crítica, destacada por Ribeiro (op. cit., p. 421), em Manuel Castells e Doreen Massey. O sociólogo Manuel Castells no livro "Sociologie de l'Espace Industriel" (1975) se preocupou com as teorias da localização industrial.

---

[7] Miguel Ângelo Campos Ribeiro é graduado pela Universidade Federal Fluminense desde 1971. Nesse período passa a fazer parte do quadro de geógrafos do IBGE. O mestrado defendido em 1982 tratou da região metropolitana de Salvador, BA. Finalizou o doutorado em Geografia em 1988, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde os anos 2000, é professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo pesquisas e orientações em diversos temas da Geografia Humana e Geografia Econômica. Também trabalha nas temáticas de turismo urbano e rural, na rede de localidades centrais, regionalização e organização espacial, prostituição e informalidade (Dicionário dos geógrafos brasileiros, In: Grupo de pesquisa geografia brasileira: história e política. Disponível em: <http://www.grupogeobrasil.com.br/dicionario_de_geografos.php>).

Para ele, essas teorias expressavam as transformações que interferiam na organização do espaço, mas não desembocavam numa explicação social dos processos considerados, o que exigiria uma mudança de perspectiva teórica. Não seria apenas justapor fatores sociais aos fatores econômicos, mas integrar o conjunto do fenômeno observado num esquema único, no qual as relações econômicas fossem relações sociais contraditórias, ou seja, relações de classe.

Os trabalhos de Doreen Massey realizam uma crítica à abordagem clássica da localização industrial. Conforme Ribeiro (1982), a tese de Massey (1979) é que o espaço da localização industrial seja tratado como o produto de processo histórico complexo, um espaço político e institucional. O objeto de estudo não deveria ser visto como uma firma abstrata sem relações estruturais efetivas com o resto da economia, pois o comportamento espacial e o sistema econômico como um todo não seriam separados.

Segundo Ribeiro (1982), Massey (1979) destaca quatro linhas de abordagem na teoria da localização industrial. A primeira originária do trabalho inicial de Alfred Weber (1909) é focada na decisão locacional da firma individual em ambiente locacional conhecido, sem interdependência com a localização de outras firmas; a segunda centra um pequeno número de firmas em situações locacionalmente interdependentes; a terceira, linha comportamental, se desenvolveu em resposta a mudanças nas condições reais e às correntes anteriores; e a de A. Losch, objetivando examinar o potencial de toda paisagem econômica.

Conforme Ribeiro (op. cit.), os temas industriais urbanos também constam na literatura geográfica brasileira sob vários enfoques e escala: no âmbito regional, através de estudos de localização, fluxos de mercadorias e áreas de influência; no âmbito local, ao nível de determinadas cidades e regiões metropolitanas, começando a delinear-se alguns estudos referentes a padrões de localização e fluxos de matérias-primas e mercados. Ele ressalta alguns trabalhos como o de E. Faissol, M. V. Galvão e P. Geiger que desenvolveram estudos urbano-regionais na área de influência de Recife, PE, com foco na atividade industrial relacionada às migrações. Sobre cidades, pode-se destacar o trabalho de M. Santos sobre Salvador, BA; e F. Davidovich sobre Jundiaí, SP.

Os trabalhos de S. S.Sampaio, de L. E. Oliveira e de M. A. Ribeiro são exemplos da evolução da Geografia Econômica e seus temas, sendo que essas literaturas identificam a evolução das abordagens, em teorética e marxista. Após 1970, os estudos e pesquisas dessa área inserem-se em outros paradigmas, como se destaca a seguir.

4. ABORDAGENS E TEMAS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA

Nesta seção, trata-se da perspectiva atual da Geografia Econômica, com base nos artigos de Claval, que faz o percurso histórico da disciplina. Claval (2005) coloca a economia no interior de sua reflexão sobre o papel do espaço e sua influência na Geografia Econômica; e Claval (2012) discute as perspectivas da Geografia Econômica, dispondo o trabalho com base nas perspectivas da disciplina: clássica; de inspiração econômica; marxista (Economia Política); e alternativas.

Segundo Claval (2005)[8], o primeiro período é da pré-história da reflexão econômica. O ramo principal da economia buscava esclarecer a racionalidade dos agentes econômicos; a lógica das empresas; e a existência de zonas e seus custos. O segundo período, entre o século XIX e os anos 1930, é a fase de desenvolvimento de três disciplinas independentes, em paralelo à economia: Teoria das Relações Econômicas Internacionais; Economia Espacial que apareceu com J. –H. Von Thunen (1826); e Geografia Econômica, que surgiu no século XIX e prevaleceu até 1950.

Claval (2005), no terceiro período, que vai de 1930 a 1970, mostra que o papel da descrição diminuiu e a Geografia tornou-se uma disciplina aplicável, utilizando modelos explicativos. A Nova Geografia desenvolveu-se nos anos 1950 e 1960 e passou a usar a Teoria da Localização; e devido à Teoria dos Lugares Centrais, dispunha de interpretação da hierarquia das cidades e da formação de regiões polarizadas.

Segundo Claval (2012), em busca de uma abordagem crítica nas Ciências Sociais, a influência veio da Escola de Sociologia de Frankfurt, refletindo na Economia Política e na Antropologia Econômica. Os geógrafos contribuíram com a interpretação do crescimento polarizado, ao afirmar a relevância da informação na vida econômica, para as economias externas; e analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel nas relações.

Nessa fase, as pesquisas trataram da localização de atividades agrícolas e industriais. Surgiu a divisão dos espaços urbanos, para funções produtivas e funções residenciais. Essa nova perspectiva originou o desenvolvimento de uma teoria das migrações humanas e contribuiu para a compreensão de situações onde se buscava rendas mais altas e também atividades de lazer. A Geografia Econômica passou a tratar das escolhas residenciais, segregações urbanas e do turismo.

[8] O professor francês Paul Claval nasceu em Meudon (1932). Na década de 1950 inicia sua dedicação à Geografia; inicialmente, à Geografia Física e, depois, à Geografia Humana, focando na Nova Geografia e na Geografia Econômica. Do seu interesse pelos processos sociais e econômicos iniciou a pesquisar o nível cultural, começando estudos da Geografia Cultural, no início dos anos 1980. Sua produção é composta pela Geografia Regional, Epistemologia da Geografia, Geografia Econômica e Geografia Cultural. O geógrafo possui vários livros como Terra dos homens: a geografia; A Nova Geografia; A Geografia Cultural; Geografia do Homem: cultura, economia e sociedade; além de artigos como A natureza e o objetivo da geografia política; Geografia Econômica e Economia; A diversidade das geografias econômicas. Ganhou o prêmio Vautrin Lud, em 1996 (ALMEIDA; ARRAIS, Orgs., 2013).

Segundo Claval (2005), o quarto período é após 1970, identificando aspectos da evolução contemporânea: a) contexto econômico das mudanças; b) novo contexto intelectual nas ciências sociais; c) discussões teóricas – Paul Krugman e o economicismo; Escola da Regulação; a economia solidária (expandindo a abordagem econômica); d) papel do consumo e as dimensões culturais.

As condições da vida econômica mudam significativamente com a revolução dos transportes rápidos e das telecomunicações que transformou o espaço mundial; é adotado fortemente o termo globalização devido à intensificação do processo. A contemporaneidade é marcada pela rapidez das transferências de informação e pela ameaça de desequilíbrios ecológicos na escala mundial. No contexto intelectual, as ciências sociais adquiriram caráter crítico.

Aparece uma nova teoria das relações econômicas, com inclusão do espaço e dos lugares com propriedades diferenciadas, representada por Paul Krugman. Dessa maneira, rompe com a teoria clássica das relações econômicas internacionais. Ele integra ao centro da teoria econômica uma parte dos resultados da Geografia Econômica dos anos 1960 a respeito do papel dos circuitos de informação na economia. O espaço econômico deixa de ser considerada uma planície de transportes, e os lugares têm propriedades diferenciadas devido aos conhecimentos de que dispõem seus trabalhadores e aos instrumentos de trabalho.

De acordo com Claval (2005), o marxismo adquire outra abordagem[9], pois parte de economistas e de geógrafos marxistas buscou reintroduzir o espaço na teoria marxista. A primeira solução foi explorada por David Harvey no livro *The Limits to Capital* (1982). A segunda solução foi desenvolvida pelo economista francês Maurice Aglietta (1938-), considerado o fundador da Escola da Regulação, e trata da transição entre o modo de produção fordista e pós-fordista. Geógrafos, como Allen Scott e economistas, como Robert Boyer, utilizam os trabalhos sobre a economia das empresas e os custos de transação de Ronald Coase e de Oliver Williamson.

A Escola Regulacionista possui uma vertente marxista e é fortemente influenciada por Coase-Williamson (CLAVAL, 2005, p. 21). No modo de produção fordista, os custos de transferência das informações através dos mercados eram altos e as grandes empresas tiveram vantagens sobre as firmas pequenas e médias, pois dispunham da possibilidade de assegurar a transferência à longa distância das informações sem recurso ao mercado.

[9] A interpretação atual da geografia marxista pode ser encontrada nos trabalhos de David Harvey (Inglaterra, 1935) e Doreen Barbara Massey (Manchester, 1944 – Londres, 2016). Harvey passa de fase acadêmica neopositivista à marxista, após 1970. Sobre as etapas de sua carreira e obras, ver Paul Claval (2013). Massey era professora titular de geografia da *Open University*, Inglaterra, ganhou o Prêmio Vautrin Lud em 1998. Começou sua carreira no *Centre for Environmental Studies* (CES) em Londres, transferindo-se posteriormente para a *Open University*, universidade pública a serviço da classe trabalhadora. Suas obras sobre espaço, lugar e poder nas disciplinas sociais. Massey (2006, p. 202) apresentava uma geografia esquerdista, marxista; com inclusão dos pensamentos feministas em seu trabalho acadêmico.

Com as novas tecnologias de transporte e de telecomunicações, a transferência das informações através dos mercados torna-se mais econômica; é a fase da flexibilidade, do regime de acumulação flexível. No âmbito das aglomerações produtivas, o economista italiano Giácomo Becattini propôs uma interpretação de DIs da Terceira Itália em termos de flexibilidade e valor da Teoria Regulacionista.

Para Claval (2005), o esforço da pesquisa econômica deu ênfase à análise dos mecanismos econômicos de mercado, mas após 1970, a concepção alargou-se com adoção do princípio da economia solidária, do domínio da Antropologia. Para Marcel Mauss e a Karl Polanyi, a vida econômica podia ser organizada segundo o princípio da economia de redistribuição, ou o princípio da economia "solidária"; acreditavam que esses tipos de organização econômica eram do domínio da Antropologia e não da Economia. No tratado de Geografia Econômica de Isabelle Geneau de Lamarliere e Jean- François Staszak há ênfase nas dimensões espaciais de cada tipo de organização dos circuitos econômicos bem como nas motivações dos agentes.

Numa sociedade de consumo, a criação/concepção dos bens por grupos de especialistas, os modos de consumir esses bens têm um papel central na dinâmica econômica. Os trabalhos de com abordagem cultural se desenvolveram rapidamente. O papel do consumo na contemporaneidade deu origem à Geografia Econômica cultural.

Conforme Claval (2005), as pesquisas geográficas englobaram questões advindas de uma maior mobilidade – migrantes atraídos pelos países ricos com possibilidades de trabalho e acesso mais fácil a serviços de saúde e educação; da globalização – com o desenvolvimento do comércio global e de empresas multinacionais, faz-se necessário dispor de lugares onde é possível manter relações com centros de comércio e de negócios do mundo; da metropolização – nas hierarquias urbanas, as grandes cidades têm um papel crescente gerando o fenômeno da metropolização; e do papel dos lugares e as iniciativas locais.

Claval (2012) identifica as alter-geografias econômicas: perspectiva da anarquia, da Ecologia e da Antropologia Econômica. Afirma que seja clássica ou marginalista, a economia enfatizava o papel da concorrência na vida econômica, mas várias críticas surgiram no século XIX, derivadas dos anarquistas que consideravam a cooperação entre os seres humanos, maior do que a competição. Outra forma alternativa apareceu na Alemanha no começo do século XIX. Ernst Friedrich foi o primeiro geógrafo a preocupar-se com o problema dos recursos e de sua exploração abusiva, falando em *Raubwirtschaft*, sendo o precursor da Geografia Econômica da Ecologia. Outra perspectiva é da Antropologia Econômica que "estuda a produção de todos os bens materiais e de todos os serviços indispensáveis à vida dos grupos humanos; a procura social tem suas raízes na biologia e na esfera simbólica".

Conforme Claval (2012), para os antropólogos, o domínio econômico não se confunde com o das decisões racionais. A circulação mercantil não é central nessa perspectiva. Para a maioria dos antropólogos, a economia também repousava sobre outras formas de circulação, quer seja a redistribuição quer seja o dom e o contra-dom. Esses geógrafos apoiam-se sobre a economia do dom, em oposição à economia de mercado, abordagem significativa no estudo das sociedades tradicionais e sociedades modernas. Com a virada cultural da Geografia Humana nos anos 1990, a influência da Antropologia tornou-se forte na Geografia Econômica.

Conforme Claval (2012), a Geografia Econômica atual configurou-se a partir de várias abordagens. O desenvolvimento nas últimas três décadas do século XX da Economia da Informação e da Comunicação, da Economia do Conhecimento e dos DIs são exemplos dessa convergência. As zonas de pequenas e médias empresas, inspiradas na interpretação de Alfred Marshall, tornaram-se muito dinâmicas nos anos 1970. A análise de DI mescla a abordagem descritiva tradicional e a Nova Geografia dos anos 1960; e as preocupações críticas da geografia política misturam-se com as alter-geografias sobre as formas de cooperação exercida nesses DIs (CLAVAL, 2012, p. 15). A Geografia Econômica contemporânea[10] resulta de várias influências como a perspectiva moderna, teorética/quantitativa; marxista e alternativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou apresentar uma visão geral das perspectivas da geografia econômica, a partir de revisão de bibliografias de autores especializados na disciplina. Abordou-se a origem da disciplina, a evolução das perspectivas científicas e os temas relevantes. Identifica-se que cada perspectiva surge procurando superar a anterior, entendendo que a origem da disciplina e sua consolidação ocorrem desde o final do século XIX, evoluindo pela busca de superar questões e desafios, trazendo novos progressos à Geografia Econômica.

[10] Dentre os estudos mais recentes de Geografia Econômica, destaca-se Ann Markusen, Michael Storper, Allen Scott, André Fischer e Georges Benko. Ann Markusen, na perspectiva da Geografia Econômica, publicou *Silicon Landscapes* (1985); e tipologias de distritos industriais (1995). Benko discute a alta indústria de tecnologia (1993); distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica (1994); e economia, espaço e globalização no século XXI (1996). Além desses trabalhos, mais recentemente Frank Giarratani, Geoffrey J.G. Hewings e Philip McCann discutem *Introduction to the relationships between economic geography and industries: theory, empirics and modes of analysis* (2013), In: *Handbook of Industry Studies and Economic Geography.* G. Clark, M. Felder, M. Gertler tratam da evolução da disciplina em *Economic geography: transition and growt* (In: *The Oxford Handbook of geographic economy*). Os *handbooks* dão indicações de autores e de temas de pesquisas na atualidade. No Brasil, após 1990 destaca-se os estudos de Geografia Econômica de Miguel Ângelo Campos Ribeiro e Roberto Schmidt Almeida, em "análise da organização espacial da indústria nordestina através de uma tipologia de centros industriais" (1991); M. A. C. Ribeiro e R. S. de Almeida em "análise da organização espacial industrial da região Sudeste (1993); e C. A. G. Egler, em "que fazer da geografia econômica neste final do século? (1994).

A origem da Geografia Econômica e, assim, sua evolução teórico-metodológica é marcada por vários paradigmas e contextos econômico-sociais que originam mudanças e reconfigurações. A partir de 1950, transformações originadas de situações internas à disciplina (debates sobre método, modelo); e conjunturas externas – a relação com outras disciplinas (sobretudo, a Economia) e a realidade socioeconômica que motivavam debates, influenciou as abordagens e os temas. Sobre a origem da disciplina, Silva (1970) apresenta Karl Sapper como geógrafo que contribuiu com a discussão histórica e metodológica.

A Geografia Econômica se consolida no início do século XX pelo acúmulo de informações econômicas de países e cidades, das condições físicas, dos recursos naturais; pelo desenvolvimento das monografias de agricultura; dos relatórios comerciais feitos pelas casas de negócios; e pelos fundamentos da Geografia Humana. Baseou-se nos aspectos da disciplina econômica; na concepção do homem como ser econômico; e na influência homem-meio.

Numa fase de evolução da disciplina, Sampaio (1975) e Ribeiro (1982) apontam após a fase tradicional, dois movimentos de renovação nesse campo científico, de 1950 a 1970, com a perspectiva neopositivista e marxista, abordando o tema da localização industrial e das áreas industriais (Oliveira, 1976).

Sobre a perspectiva contemporânea, Claval (2005; 2012) retoma e corrobora sobre a origem da Geografia Econômica (moderna) e sua relação com os estudos de geologia e agronomia, e a influência do meio. Além disso, identifica três grandes abordagens na Geografia Econômica: economicista, marxista e alter-geografias que edificou a disciplina ao longo do tempo, com influência de outras ciências e conforme os paradigmas científicos. A Geografia Econômica possui três perspectivas: economicista, marxista e alter-geografias. Claval (2005; 2012) caracteriza que a abordagem economicista é atualmente fundamentada nos estudos de Paul Krugman. A abordagem marxista é representada pelos estudos de David Harvey, pela Escola da Regulação de Michel Aglieta com referência aos estudos de Giácomo Becattini sobre a Terceira Itália.

As formas alternativas surgem na Geografia com o alargamento da concepção econômica que inclui outras dimensões: o anarquismo enfatiza a cooperação no lugar da competição; a ecologia enfatiza a discussão da exploração sobre a natureza; e antropológica, em que a ênfase se situa na economia do dom, economia solidária, em oposição à de mercado. Essa abordagem impõe-se significativa no estudo das sociedades tradicionais e sociedades modernas.

Portanto, entende-se que a origem da Geografia Econômica moderna está associada à necessidade de organização de informações sobre diversas regiões do planeta, numa proximidade com a Economia e a relação homem-meio, uma abordagem da disciplina como ciência moderna. Há uma renovação na disciplina da década de 1950 com a perspectiva neopositivista. É entre 1940 a 1970, a fase da geografia aplicável, da discussão do desenvolvimento, do crescimento polarizado,

das áreas industriais; e os geógrafos passam tratar da Teoria da Localização e do papel da informação na vida econômica. Na década de 1970, a Geografia Econômica/Indústria apontou a perspectiva comportamental, da teoria de sistemas e a marxista.

Na contemporaneidade, as análises baseiam-se no Paradigma da Economia do Conhecimento, da Informação ou da Comunicação; no tema dos distritos industriais; e na Teoria Regulacionista. As pesquisas consideram a globalização, a metropolização e o papel dos lugares. Em conclusão, espera-se ter elaborado um panorama da Geografia Econômica para estudantes, profissionais e interessados pela temática. O campo está consolidado, inclusive no Brasil, com autores que se interessam e pesquisam o tema desde anos 1970.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; ARRAIS, T. A. (Orgs.). **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013. 176 p.

BARROS, N. C. de. **Geografia Humana:** uma introdução às suas ideias. Recife: Ed. universitária da UFPE. 1993. Cap. 2.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, A; SANTOS, M. A geografia aplicada. **Boletim Geográfico,** Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 185. Mar/Abr. de 1965. Seção Resenha e opiniões. p. 249-258

CHRISTOFOLETTI. A. (org.). **Perspectivas da geografia.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1985 (capítulo 1).

CLAVAL, P. A diversidade das geografias econômicas. **Geographia**, v. 14, n. 2. 2012. p. 7-20.

CLAVAL, P. Geografia econômica e economia. **Geotextos,** v. 1, n.1, 2005. p. 11-27.

CLAVAL, P. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. **Espaço e Economia**, ano II, n. 3. 2013. 14 p.

COSTA, R. H. et. al. Entrevista com a professora Doreen Massey. **Geosul**, Florianópolis, v.21, n.42, p 195-203, jul./dez. 2006.

CROCETTI, Z. S. **Armando Corrêa da Silva, o filósofo da geografia.** 4 P. Disponível em: <http://www.geocrocetti.com/zeno/Textos/ARMANDO.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

GRUPO de pesquisa geografia brasileira: história e política. **Dicionário dos geógrafos brasileiros.** Miguel Ângelo Campos Ribeiro. Disponível em: <http://www.grupogeobrasil.com.br/dicionario_de_geografos.php>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HALL, P.; MARKUSEN, A. (ed.). **Silicon landscapes.** Winchester: Allen and Unwin, 1985. 160 p.

KÖHLER, A. M.; ESPONDA-JIMENO, V M. Choles e Chortíes de Karl Sapper, 1907. **Estudios Sociales y Humanísticos**, México, n. 1, v. 2, enero-junio, 2004, p. 114-118. México. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/745/74511795008.pdf>. Acesso em: 16 de mar. de 2015.

MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia**, v. 5, n. 2, 1995. Cedeplar. p. 9-44.

OLIVEIRA, L. E. G. de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 22-69, out./dez. 1976.

RIBEIRO, M. A. C. Principais linhas de abordagem e estudos empíricos... **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 415-444, jul./set.1982. Trimestral.

SAMPAIO, S. S. Considerações em torno da geografia industrial: teoria, métodos e uma nova técnica de mensuração da atividade fabril. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.37, n. 1, p. 95-122, jan./mar. 1975.

SANTOS, M. **Geografia e desenvolvimento econômico.** Conferência pronunciada no curso de desenvolvimento econômico, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, 1959. p. 539-549.

SAPPER, K. **Histórico e conceito de geografia econômica**. São Paulo: Instituto de Geografia, n. 5, 1970. p. 1-10.

SILVA, A. C. da. **A geografia econômica segundo Karl Sapper**. São Paulo: Instituto de Geografia, n. 5, 1970. p. 10-15.

SOUSA, A.; DASSOLER, E.; ESPÍNDOLA, M. Entrevista com o professor Paul Claval. **Revista discente expressões geográficas**, Florianópolis, v., n.5, p. 15-20, maio de 2009.

UNIVERSIDADE DE COSTA RICA. **Karl Sapper, geólogo pioneiro na América Central**. 2012. Disponível em: <http://www.ucr.ac.cr/noticias/2012/08/28/obra-de-pionero-de-la-geologia.html>. Acesso em: 10 jan. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA DE RIO CLARO. **Corpo docente credenciado.** Sílvia Selingardi Sampaio. 2015. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/docentes5.php>. Acesso em: 29 set. 2015.

Trabalho enviado em 22/09/2016
Trabalho aceito em 15/03/2017